

# CORREIO PAULISTANO

Fabio Jr. | CMSP



Acordo teve presença de Ricardo Teixeira (UNIÃO)

## Câmara Municipal firma convênio com a Defensoria

A Câmara Municipal de São Paulo assinou um convênio com a Defensoria Pública do Estado para instalar um posto de atendimento jurídico gratuito dentro da sede do Legislativo paulistano. A iniciativa prevê a oferta de orientação jurídica à população de baixa renda, além da realização de palestras, cursos e ações de educação em direitos. Segundo as instituições, o objetivo é ampliar o acesso da população aos serviços de assistência jurídica e facilitar o encaminhamento de demandas apresentadas por moradores aos gabinetes parlamentares. O posto funcionará no primeiro andar da Câmara, de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h, embora a data de início dos atendimentos ainda não tenha sido divulgada.

### Orientação jurídica à população

A Defensoria Pública presta assistência jurídica gratuita a pessoas que não têm condições de arcar com os custos de um advogado, atuando em orientações, ações judiciais, mediações e conciliações. A instituição também desenvolve atividades voltadas à promoção de direitos e cidadania. O acordo foi formalizado na última semana com a participação de representantes da Câmara Municipal e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Divulgação/Governo de SP



Relatório de autoria foi enviado à Câmara na segunda(1º)

## TCM faz alertas à Prefeitura sobre LDO

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) recomendou uma série de aperfeiçoamentos à Prefeitura durante a análise do Projeto de Lei nº 299/2026, que estabelece as diretrizes para elaboração do orçamento municipal de 2027. As recomendações constam em relatório de auditoria realizado entre 15 de abril e 22 de maio deste ano e encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal nesta segunda-feira (1º). Entre os principais apontamentos estão a criação de ferramentas digitais para ampliar a participação popular.

## Tribunal quer mais participação popular

O povo poderia ajudar na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na efetiva implantação do Conselho de Representantes e na adoção de critérios para quantificar riscos de frustração de receitas. O órgão também recomendou maior transparência sobre despesas contingenciadas em caso de queda na arrecadação e sugeriu que os limites para abertura de créditos na LOA.

## Metrô I

Quem mora nas regiões que serão atendidas pela linha 6-Laranja do Metrô, pode passar a utilizá-la antes do esperado. O Governador de SP, Tarcísio de Freitas, disse nesta segunda-feira (1) em entrevista para o programa Pânico na Jovem Pan, que o trecho inicial será de Perdizes até a estação João Paulo I.

## Metrô II

Isso significa que serão seis estações liberadas nas próximas semanas, no total abertas nesta primeira etapa, sendo elas Perdizes, SES-C-Pompéia, Água Branca, Santa Marina, Freguesia do Ó e João Paulo I. Essa última tem previsto um terminal de ônibus integrado, com conexão com outras linhas.

## Propriedade

A Prefeitura de SP entregou no último sábado (30) 3.377 títulos definitivos de propriedade a moradores de Heliópolis, na Zona Sul. A ação faz parte do programa Escritura na Mão e ocorreu durante a Semana Solo Seguro Favela e Comunidades 2026, voltada à regularização fundiária e segurança jurídica para famílias.

## Residências

O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB) entregou, nesta segunda-feira (1º), 131 unidades habitacionais no bairro de Campos Elíseos, na região central. O condomínio recebeu investimento de R\$ 26,1 milhões e tem uma única torre de 16 andares, com apartamentos de 47m² a 48m². O local tem área de lazer coberta e quadra de areia.

## Monumentos

São Paulo terá iluminação especial em verde e amarelo durante os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2026. A ação da Prefeitura, coordenada pela SP Regula, vai iluminar pontos turísticos e espaços públicos, como o Edifício Matarazzo, o Viaduto do Chá, o Obelisco do Ibirapuera e a Ponte Estaiada.

## Influenciadora

A influenciadora e artista americana Jerry Gogosian, de 40 anos, foi encontrada morta em um quarto do hotel Rosewood São Paulo, na capital paulista. O caso ocorreu no domingo (31) e foi confirmado pelo hotel, que afirmou colaborar com as autoridades. As causas da morte da influenciadora serão investigadas.



Debate será conduzido pela CCJ do legislativo paulistano

# Vereadores falam de mudanças em regras do Psiu

## Audiência pública vai debater fiscalização de ruídos e punições

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo realiza nesta terça-feira (2) uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei (PL) 403/2026, que propõe alterações nas regras de fiscalização da perturbação do sossego e do controle de ruídos na capital paulista.

O debate será conduzido pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) e integra a tramitação da proposta enviada pela Prefeitura à Câmara. O projeto altera dispositivos da Lei de Zoneamento (Lei nº 16.402/2016) e da legislação que trata do funcionamento de atividades exercidas por microempreendedores individuais (MEIs).

Segundo o texto em análise, a intenção é modificar procedimentos relacionados à fiscalização de poluição sonora e à aplicação de penalidades em casos de descumprimento das normas municipais. A proposta prevê mudanças em regras que envolvem estabelecimentos comerciais, imóveis residenciais e obras da construção civil.

Entre os pontos incluídos no projeto apresentado está a criação de mecanismos para que a primeira atuação dos agentes de fiscalização tenha caráter orientador em determinadas situações. O texto também estabelece parâmetros específicos para ruídos produzidos por obras e amplia o alcance das normas de controle sonoro para ocorrências registradas em imóveis residenciais.

A proposta ainda prevê situações excepcionais envolvendo instituições de ensino, considerando a natureza dos serviços prestados. De acordo com a justificativa encaminhada pelo Executivo, as alterações buscam tornar mais claros os procedimentos de fiscalização e adequar a aplicação de sanções.

O tema já vinha sendo discutido em outras comissões da Câmara Municipal ao longo deste ano. No mês de março, a Comissão de Política Urbana analisou projetos relacionados à perturbação do sossego e às regras de reincidência para infrações ligadas ao excesso de ruído.

A audiência desta terça (2) faz parte das etapas de participação pública previstas durante a tramitação do projeto. Moradores, representantes de entidades e demais interessados poderão acompanhar a discussão presencialmente ou por canais digitais disponibilizados pela Câmara. As contribuições apresentadas durante o debate poderão ser consideradas pelos vereadores antes da votação da proposta em plenário.

Após a realização das audiências públicas e da análise pelas comissões temáticas da Câmara, o projeto seguirá para apreciação dos vereadores. Para entrar em vigor, a proposta apresentada ainda precisará ser aprovada pelo Legislativo municipal e sancionada pelo prefeito Ricardo Nunes.